

QUESTÃO SOCIAL HOJE : A RESISTÊNCIA UM ELEMENTO EM CONSTRUÇÃO THE SOCIAL QUESTION TODAY: THE RESISTENCE AS EN ELEMENT IN CONSTRUCTION

Selma Maria Schons¹

RESUMO: Neste artigo trato da questão social que resulta da contradição das relações do Capital e Trabalho, inscrita no sistema que se afirmou com a revolução industrial e hoje tem novas manifestações na reestruturação produtiva. A questão social, basicamente composta dos elementos econômico e político, que se manifesta no pauperismo. Aquele que o percebe toma consciência e o denuncia, exigindo outro atendimento, ou seja, é o elemento da resistência, capaz de inscrever o problema da pobreza na agenda política. Entendo que na questão social, hoje, este elemento da resistência é um ser em construção. Para chegar a isso, situamos o que se convencionou chamar de “questão social clássica”, da metade do século XIX e se manifestou a partir da pauperização resultante da revolução industrial, ou seja, é a pobreza considerada como “filha da industrialização”. Quanto ao elemento político este se expressou na organização e formação da classe operária, seus sindicatos, os partidos políticos de esquerda, assumindo o protagonismo da questão social. Situar a questão social, hoje, é detectar as contradições que se manifestam a partir da reestruturação da produção, desde o final do último século e início deste, afirmado na versão da “mundialização financeira”. Flexibiliza e precariza as relações de trabalho o que causa um desemprego estrutural, porque os “desfilhados” do trabalho vulnerabilizam até mesmo os “estáveis”. Na questão social hoje há, portanto, novas manifestações da pobreza, a partir da reestruturação produtiva, mas os atores e sujeitos para denunciar esta situação e definir um projeto mais favorável, constituem um elemento ainda em construção.

PALAVRAS-CHAVE: Questão social; pauperismo; política; reestruturação produtiva.

ABSTRACT: In this article I take the social question as a result of the fight between Capital and Work, present today in the system affirmed as the industrial revolution and nowadays known as the productive reorganization. The social question, basically composed of the economic and political elements, now may be manifested as pauperism. That one that perceives it taking consciousness and denouncing it, demanding another attendance, becomes the element of resistance, capable to inscribe this problem in the political agenda. I understand that in the social question today this element of the

¹ Elaborado em base na tese de doutorado **A questão social hoje no município: a resistência um elemento em construção**. Defendida na PUC/SP. 2002.

² Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ex- Deputada Federal. E-mail: selmaschons@hotmail.com

resistance is in construction. To arrive to this we point out what in the past was called “the classic social question” (XIX th. Century), from the resultant pauperism of the industrial revolution. We consider pauperism as “the son of industrialization”. Considering the political elements it is expressed in the organization and formation of the labor class, their unions, the left political parties, assuming the protagonism of the social question. To point out the social question today we have to detect the contradictions which are revealed from the reorganization of the production, since the end of the last century and the beginning of the present, affirmed in the version of the “mundialização financeira”. It makes flexible and turns unsafe the work relations causing a structural unemployment, because “unlocked” of the work weaken the “steady ones even though”. In the social question today there are, therefore, new manifestations of poverty, from the productive reorganization, but the actors and citizens to denounce this situation and to define a more favorable project, is an element still in construction.

KEY WORDS: Social question; pauperism; politics; productive reorganization.

INTRODUÇÃO

Frequentemente observamos que se confunde ou se identifica a questão social como sendo sinônimo de problema social. É possível e não deixa de ser uma problemática social em questão, ou seja, esta é uma parte, uma faceta da questão social.

Estudá-la na sua gênese significa situar-se no centro das turbulências que agitam as sociedades em momentos de grave **expressão da pobreza** e sempre que se esboça uma **resistência**. É preciso situar-se no período da afirmação do capital industrial, quando o setor trabalho se vê despojado da “solidariedade primitiva” e às voltas com muita pobreza, mas toma consciência disso, se organiza e exige algo mais favorável para si. É o período da formação da classe operária, reconhecimento dos primeiros sindicatos (1870), a expressão dos partidos políticos de vertente socialista, comunista e socialdemocrata.

Desnudar contradições é sempre um caminho penoso. É o que sente quem pretende tratar da questão social. Na realidade atual, em suas diferentes faces sedutoras para alguns, assustadoras à maioria, dizer em que consiste e denunciar isto é explicitar a questão social. Entendendo que esta se situa na contradição do próprio capital, ou dito de forma mais explícita, a questão social é uma forma de expor a contradição que socializa a produção da riqueza e individualiza sua apropriação e acumulação.

Para as áreas sociais torna-se especialmente importante com-

preender os elementos da questão social a fim de operar com mais acertos. No Serviço Social, a questão social foi mesmo colocada como “um dos eixos do currículo da formação profissional” (Revista Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, editorial, p.5, 2001).

Para contribuir na compreensão da questão social é preciso, pois, situá-la sempre no contexto histórico, sócio-econômico e político-ideológico. Portanto, para desvendar a questão social hoje é preciso estar atento às suas expressões no final do século XX e início do XXI. É necessário explicitar em que consiste a nova expressão do capital na reestruturação produtiva, mostrar quais as conseqüências e, sobretudo, apontar de onde vêm e quem são as vozes ou as formas que a denunciam, exigindo atendimento.

É nossa crença que o elemento da pobreza na atual manifestação da questão social está bem exposta na reestruturação produtiva que precariza o trabalho, não só pelo desemprego, mas que fragiliza mesmo os empregados, jogando para a periferia do sistema milhões de seres humanos. Ou seja, está em questão uma exclusão estrutural, expressando a necessidade de um novo projeto que seja mais favorável à proteção social. Diverso, portanto, do que está sendo o projeto burguês, de dominância financeira. E mais ainda, é nossa convicção que o elemento da resistência, que é o elemento capaz de inscrever esta situação na agenda política, é um elemento ainda em construção.

1. QUESTÃO SOCIAL É UMA QUESTÃO SITUADA

A expressão

‘Questão Social’: criada no final do século XIX, refere-se às disfunções da sociedade industrial emergente. Os dividendos do crescimento e as conquistas das lutas sociais tinham permitido transformar profundamente a condição do proletário daquela época. O desenvolvimento do Estado da Providência quase chegou a vencer a antiga insegurança social e a eliminar o medo do futuro. Ao fim dos ‘Trente Glorieuses’, terminada a década de 1970, a utopia de uma sociedade livre das necessidades, de um indivíduo protegido contra os principais riscos da existência, parecia estar ao alcance (ROSANVALLON, 1998, p.23).

No entanto, desde o princípio dos anos oitenta, o crescimento da desocupação e a aparição de novas formas de pobreza, pareceram

ao contrário, levar-nos a um longo tempo atrás. Para o autor, “os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. Assim surgiu uma nova questão social,...”(1998, p. 23).³

Para Castel, autor de “As metamorfoses da questão social”,

a “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (...) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. Esta questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos de 1830 (1998, p. 30).

E segue dizendo que foi “suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial. É a questão do pauperismo” (1998, p. 30), já nos situando, portanto, que a questão social é ligada à revolução industrial e ao pauperismo. Não ao pauperismo em geral, mas àquele resultante da revolução industrial – aquele que se afirma como resultante das contradições do próprio capital. É momento essencial, diz Castel, em que apareceu ser “quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos e uma ordem econômica que acarreta miséria e desmoralização de massa”. Ainda, segundo o mesmo autor, difunde-se a convicção de que há de fato uma ameaça à ordem “política e moral”. É preciso, pois, “encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo”. De forma conclusiva, diz: “entenda-se isso como o fato de que a sociedade liberal corre o risco de explodir devido às novas tensões sociais que são a consequência de uma industrialização selvagem” (1998, p. 30). Aqui o autor usa a imagem do “efeito bumerangue”, segundo o qual “os problemas suscitados pelas populações que fracassaram nas fronteiras de uma formação social retornam para o seu centro” (1998, p.34).

Consequentemente, ainda conforme Castel,

quer entremos na sociedade “pós-industrial”, quer mesmo na “pós-moderna” ou como se quiser chamá-la, ainda assim a condição

³ Para Rosanvallon, trata-se hoje de uma nova Questão Social, uma vez que, em nosso entendimento, concebe a questão social como uma disfunção pontual do sistema, mas não se coloca que é o próprio sistema que recria tais “disfunções”.

preparada para os que estão “out” depende sempre da condição dos que estão “in”. São sempre as orientações definidas nos centros de decisão em matéria de política econômica e social, de gestão das empresas, de readaptações industriais, de busca de competitividade etc. que repercutem como uma onda de choque nas diferentes esferas da vida social. Mas a recíproca é igualmente verdadeira, a saber, os poderosos e os estáveis não estão colocados num Olimpo de onde possam contemplar impavidamente a miséria do mundo. Integrados, vulneráveis e desfiliaados pertencem a um mesmo conjunto, mas cuja unidade é problemática (1998, p.34).

Questionar, hoje, sob que condições e a que preço deve manter-se esta unidade problemática é o que se constitui numa questão social. “A redefinição da eficácia econômica e da competência social deve ser paga ao preço de pôr fora do jogo de 10, 20, 30% ou mais da população, ... qual o limiar da tolerância de uma sociedade democrática para o que chamarei, ao invés de exclusão, de invalidação social?”, questiona Castel. “O que é possível fazer para recolocar no jogo social essas populações invalidadas pela conjuntura e para acabar com a hemorragia de desfiliação que ameaça deixar exangue todo o corpo social?”(1998, p.34).

Assim entendemos, estão dadas algumas das razões, para que se entrasse num período sensível para um necessário “consenso”.

É o período da formação do Estado Social que é uma nova face do próprio Estado Liberal, isto já no Estado Contemporâneo, quando a proteção social, ou seja, a Assistência Social, trata de um conjunto de ações do Estado para dar respostas à questão social que se manifesta neste período de grandes transformações. Período em que o Estado é chamado a arbitrar as relações entre capital e trabalho que, segundo Oliveira, significa “o financiamento público da economia capitalista” (1988, p. 8).⁴

Neste período (1860-1920), enquanto o Capital se organiza em monopólios, ganha expressão o capital financeiro. O Trabalho – que se vê despojado da solidariedade primitiva- se organiza, despontando os

⁴ Uma preocupação com o desvalido sempre existiu nas diferentes configurações históricas; isto é possível observar em toda a Era Cristã, bem como, basta observar as leis dos pobres, especialmente ao longo da Era Elizabetiana (1558-1603) e que tem sido a base da Assistência Social até os meados do século XIX. É interessante registrar que na sociedade feudal qualquer proteção se dava mediante a condição de obediência a um suserano, a quem se jurava fidelidade, recebendo em troca a proteção. Ainda, quanto ao aspecto político, é no Estado Moderno e somente no Estado Moderno (1454-1789), que o ponto de vista que importa não é mais o do ângulo do soberano” e sim o do “cidadão”, momento em que a relação passa a ser entre o Estado e o cidadão (BOBBIO 1992 in SCHONS, 1999).

primeiros sindicatos, os partidos socialistas e, na seqüência, ganhando expressão a social-democracia. É o Trabalho contra o Capital que exige um atendimento social cada vez mais amplo, resultando, finalmente, na conformação do Estado Social. É dessa forma, portanto, que se origina a idéia da Seguridade Social em que se dá o contorno da Assistência Social como Política Social, que já traz em seu bojo a sensibilidade para os Direitos Sociais que ganham maior visibilidade nos países desenvolvidos no Segundo pós-guerra, expressando-se no Welfare State que se prolonga até meados dos anos setenta do século XX.

O Welfare State - ensaiado desde 1920 e consolidado em 1942 (Relatório de Beveridge), vinculado às sociedades de elevado desenvolvimento industrial e num sistema político democrático -, por um lado, é exigência do Trabalho e, por outro, vem responder ao Capital para evitar a superprodução, o subconsumo e criar o consumo improdutivo (= os gastos sociais). Constata-se que o Estado contribui tanto na reprodução da força de trabalho, como também é responsabilizado na questão econômica. O Welfare State representou um momento de consenso que se rompeu com o advento da ideologia do neoliberalismo⁵. A implantação do Welfare State vem atenuar a crise da superprodução do Capital, como também dar respostas às exigências postas pelo Trabalho, ou seja, com o Welfare State se estabelece um compromisso Social, pois “o Welfare State se sustenta em torno da ideologia do ‘compromisso’ ou um ‘contrato social’”, lembrado tanto por Przeworski (1989, p. 243), quanto por Ewald (1987, p 386-87) e outros. É por isso que, entre outros aspectos, se encontra em Rosanvallon (1984) que a crise do Welfare State é uma crise do “contrato social”.

Entende-se que o homem, quer esteja “incluído” ou “excluído” do trabalho formal, faz parte do conjunto do Mundo do Trabalho. Ou seja, a exclusão ou “invalidação” - usando o termo de Castel (1998) - está na raiz do próprio sistema capitalista. Há uma estrutura que exclui. É o próprio sistema do Capital que, ao se reproduzir, ao mesmo tempo em que acumula mais capital, se encarrega de produzir pobreza e exclusão (SCHONS, 2002 p.88).

⁵ Acompanhando a trajetória da Assistência Social no decorrer da história da proteção social, procuramos ilustrar bem isto. Podemos perceber que uma Assistência Social mais generosa e mais enxuta faz parte da mesma lógica, ou seja, entre um direito a ser conquistado ou mantido e/ou uma ajuda que se obtém eventualmente. Trata-se, na verdade, de uma tensão que se estabelece a partir da contradição que está no próprio bojo da organização social que emerge da revolução burguesa assentada sobre a primazia da liberdade econômica. Entende-se que tanto a Seguridade, em geral, como a Assistência Social, em particular, transitam nesta contradição (SCHONS, 1999).

Há momentos, no entanto - por força da expressão política do Trabalho -, em que a apropriação desigual recebe tratamento tal que encobre a referida contradição que, por suas vez, volta a aflorar em outros momentos conjunturais quando a própria contradição torna a ficar mais exposta.. O homem está inserido nesta lógica contraditória do sistema, vagando sempre entre a **liberdade econômica** e a **igualdade social**, contradição essa que desafia, ainda hoje, a sociedade que emergiu da Revolução Francesa. É aí que se procura avançar para compreender a questão social, seus componentes e suas variantes colocadas nas manifestações do final do século XX e início deste.

1.1. A Questão Social e o componente da pobreza: um tema que se renova

Em diferentes momentos da humanidade, ainda que em situações e níveis distintos, a questão da pobreza tem ocupado muito espaço, obviamente de compreensão e tratamentos muito diversificados.

Quem vive as agruras da pobreza no imediato e no cotidiano é, seguramente, o mais privado da consciência deste fato. Com certeza, caso tivesse consciência do problema, reagiria na forma e no tempo em que poderia apressar a superação daquilo que constitui, talvez não em nível do cotidiano imediato, mas da situação que está no seu início gerador. Porém, é o próprio imediato que, talvez, o impeça de fazer a travessia.

É refletindo sobre tudo isto que sentimos o estímulo para buscar e aprofundar algumas explicitações sobre a pobreza, já posta por outros, na crença de compreender algo da temática que entendemos estar na raiz mesma da questão social. Isto na tentativa de auxiliar na construção de algumas mediações, não só para compreender a própria pobreza, mas na esperança de que um dia possa raiar na história um tempo em que os homens já não mais nasçam condenados à pobreza pela forma da organização do próprio trabalho. E, em vez de contribuir para a produção de mais pobreza, sejam homens que, pelo trabalho, possam construir mais vida para um número maior de pessoas.

É por isso que acreditamos ser necessário compreender o que significa, como surge e em que condições se dá o processo que leva o trabalhador livre a ser um "pauper", um pobre virtual, por um lado, e, como, também por outro, o mesmo processo pode levar o homem traba-

lhador a ser um agente da questão social.

Diferentes tipos de pobres são identificados em todos os tempos: há os “pobres válidos”, os “pobres envergonhados”, os “falsos pobres”. Já, São Tomás e alguns de seus contemporâneos registram a existência de uma categoria de “pobres que compram sua subsistência cotidiana com o trabalho de suas mãos, sem que nada lhes reste depois que comeram”, identifica Castel (1998, p 104). Frisa, muito oportunamente, “enquanto permanecem integrados, territorializados, são ‘simplesmente’ pobres. Estão em seu lugar e fazem parte da ordem do mundo; **ainda não suscitam uma questão social**”. Diferente do pobre do início do século XIX, em que, “pela primeira vez, a questão social aparece explicitamente sob a forma da questão do pauperismo” (1998, p. 105, grifo nosso).

Antes ainda de situar o pauperismo como um dos componentes da manifestação da questão social, é interessante que se traga aqui algo sobre a situação da “vagabundagem” que, novamente com a elucidação de Castel, é um modo pelo qual se “expressa e oculta ao mesmo tempo a questão social na sociedade pré-industrial”. Entende-a assim “porque a desloca para a margem externa da sociedade até fazer dela quase uma questão de polícia (1998, p, 142). Deveras, o “vagabundo” é um “desterritorializado”, é o “desfiliado” por excelência, aquele que “não tendo nenhum ‘estado’, não usufrui de nenhuma proteção”. É a “ausência de trabalho, isto é, a ociosidade associada à falta de recursos e o fato de ser ‘sem fé nem lei’, isto é, sem pertencimento comunitário ... é um sem lugar nenhum” (1998, p, 120). O “banimento” é a medida mais primitiva contra ele. É a forma pela qual a comunidade se desembaraça de uma questão insolúvel, para colocá-la em outro lugar. Ele poderia mesmo ser submetido “à execução da pena capital”, ser caçado e morto, como solução definitiva para o vagabundo. A condenação desse parasita “à morte representa a verdadeira solução final para a questão da vagabundagem. Foi efetivamente aplicada aos vagabundos” (CASTEL, 1998, p. 123). Não pretendemos, neste breve espaço, entrar na análise se ele, o vagabundo, corresponde ao atual desempregado ou “desfiliado”, conforme prefere o autor, mas sim aprender a olhar para o processo pelo qual uma sociedade expulsa alguns de seus membros, assim como o quê, em seu centro, impulsiona essa dinâmica à expulsão. Até porque aprendemos com a reflexão do autor - e isto sim poderá valer para os dias de hoje - que: “o cerne da problemática da exclusão não está onde estão os excluídos” (1998, p. 143).

A constatação de que “essa indigência que ‘sob o nome novo e tristemente enérgico de pauperismo invade classes inteiras da população” e “tende a aumentar progressivamente em razão mesmo da produção industrial, não é mais um acidente mas, sim, a condição forçada de uma grande parte dos membros da sociedade (CASTEL, 1998, p.284).

Longas discussões são travadas, em torno do atendimento desse pobre, passando por várias formas de tutela, até mesmo proteção patronal. Entram em cena também os “reformadores sociais”, porque se entendia o pauperismo como ameaça à ordem social. Sempre fiéis às idéias liberais do período, trata-se até aqui de “uma política sem Estado”. Até que, “evidentemente”, registra o autor, “nos anos 1830 e 1840, a questão também começa a ser suscitada, de maneira totalmente diferente, por socialistas e operários que pregam uma organização alternativa do trabalho...”(1998, p.318). E aqui caberia o registro de que: é a formação da classe operária “de classe em si a classe para si”, até a formação do Estado Social já referido anteriormente, que a partir desse momento se vê como que “**autorizado**”, (mais pelos social-democratas de turno), e **exigido** pelas organizações dos trabalhadores a fim de dar cobertura à proteção social.

É, porém, sempre oportuno que se registre não ser toda a forma de pobreza, mas a pobreza situada na contradição Capital/Trabalho, a pobreza produzida pelo sistema capitalista, visto que já é reconhecido que justamente foi ela que acompanhou os lugares do desenvolvimento do capital, a que efetivamente nos queremos reportar. No entanto, registre-se: ela se torna uma questão social quando se toma consciência disso. “Foram as necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza antes considerada natural, em explosiva questão social”, nos ensina Pereira (2001, p. 59). Na questão social não se trata só do pauperismo mas do **embate político que o pauperismo desencadeia**. A pobreza agora surge como uma “nova despesa” porque os “novos pobres” estão plantados no coração da sociedade, formam a ponta de lança de seu aparelho produtivo. Ou “será que uma sociedade pode ficar indiferente ao risco de sua fragmentação?” (CASTEL, 1998, p. 282). Vêm-se assim justificados os vários compromissos em torno do atendimento da proteção social, seja na formação do Estado Social após a revolução industrial ou o compromisso, já em pleno século XX, em torno do Welfare State que, de certa forma e de vários modos, sofreu erosão com a reestruturação produtiva

e que no momento atual não se tem dúvidas de que a sociedade se encontra num novo impasse: o que fazer com tantos pobres? Não que se esteja preocupado com eles, porque ainda não incomodam o suficiente. Entretanto, podem vir a fazê-lo muito mais, não pela imagem que apresentam, mas pelos focos de moléstias e de violência que podem representar... Não obstante, o perigo maior é - e esse é o cerne mesmo da questão social - de acordarem, tomarem consciência, organizarem-se e exigirem outra sorte para eles e para seus filhos.

Tentando avançar na compreensão do desenvolvimento contraditório das forças produtivas que estão na raiz mesma da questão social, expressa no pauperismo e de que o trabalhador é um pobre em potência, buscamos leituras que nos auxiliassem na compreensão da contradição do próprio sistema que cria e recria as desigualdades. A partir de uma leitura marxista, rigorosa, José Paulo Netto lembra que a escassez antecessora à ordem burguesa, de certa forma "legitimava as desigualdades". Não se podia suprimir a escassez. Já na ordem burguesa constituída, afirma, "as desigualdades decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada de sua destinação)". E, de forma muito clara, afirma: "a 'questão social', nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital" (2001, p. 46). É esta perspectiva de leitura da questão social que nos leva a comungar com a perspectiva de que reformas no interior do capitalismo não acabam com as desigualdades, porque está ele intrinsecamente a lógica de constantemente recriá-las.

Também Iamamoto, sempre a partir da leitura de Marx sobre a "Lei da Acumulação"⁶, tentando avançar na compreensão contraditória do sistema que, ao mesmo tempo em que acumula riqueza gera pobreza, parte do "pressuposto de que a existência do capital é o trabalhador livre", conforme acrescenta a autora a partir de Marx (1980 a t.2 p.110), bem como a "separação do indivíduo com relação às condições de seu

⁶ Sobre a Lei geral da acumulação Marx nos diz: "Esta lei produz uma acumulação de miséria proporcional à acumulação do capital. A acumulação de riqueza num pólo é pois, simultaneamente, acumulação de miséria, sofrimento, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado que se encontra a classe que produz seu próprio produto como capital" (1986, p. 805).

trabalho” (IAMAMOTO, 2001 b, p. 67). Isto faz com que o homem trabalhador, na condição de “livre proprietário de si mesmo e, portanto, de sua força de trabalho, se veja constrangido, para sobreviver, a vender por um determinado período de tempo aos proprietários dos meios e condições de trabalho, **sua própria energia vital**, sua capacidade de trabalho inscrita na sua corporalidade física e mental”(2001 b,p 67). E como num encadeamento, porque é parte de uma mesma lógica, a autora segue dizendo que “ a venda desta mercadoria é a contrapartida necessária para a obtenção do equivalente em dinheiro à sua subsistência e educação, além da reprodução de sua família”(2001b, p.67). Portanto, o capital é responsável por toda a cadeia da reprodução da força de trabalho. Foge ao trabalhador o controle da “venda do seu produto”, porque sempre depende de quem queira adquiri-lo. E é esta a “condição histórica” – a forma da organização social de produção – que “torna o indivíduo que trabalha um **pobre virtual**”, um pobre potencial (2001 b, p.67)⁷. E o pobre é pobre enquanto “inteiramente necessitado, excluído de toda riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho,... e como capacidade de trabalho é mera potência”, ficando o indivíduo na dependência de quem possa demandá-lo. E só quem pode fazê-lo é o proprietário do capital. Logo, “a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio das mercadorias”, cujo controle seguramente não pertence ao trabalhador.

A condição de pobre, segundo a autora, só “tende a se ampliar para parcelas cada vez maiores da população, dada a tendência do capital de reduzir o trabalho necessário como condição de ampliar o trabalho excedente, fazendo crescer conseqüentemente a população sobrando para as necessidades médias da produção capitalista” (IAMAMOTO, 2001 b, p. 67-68). Isto é extremamente verdadeiro quando, no final e início do século, a partir da reestruturação produtiva, o desemprego e o trabalho precário se intensificam, produzindo mais pobreza.

⁷ O homem, “com respeito às condições econômicas é mera capacidade de trabalho e por isto dotado de necessidades vitais. É um necessitado em todos os sentidos, visto não dispor das condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Quando o capitalista não necessita do sobretrabalho do indivíduo ele não pode realizar o trabalho necessário, produzir seus meios de subsistência”(MARX 1980 in IAMAMOTO, 2001a, p.16). Importa lembrar ainda que a revolução agrícola se deu antes da revolução industrial, - na Inglaterra se deu com a Lei dos “Cercamentos” das Terra, e no Brasil, em 1850, com a Lei das Terras Devolutas -,despojando assim o trabalhador de qualquer outra forma de meio de subsistência. Por isso Marx conclui que quando não pode obtê-los (meios de subsistência) por meio do intercâmbio mercantil, os obterá por meio de esmolas que sobrem para ele da renda de todas as classes (MARX, 1980 in IAMAMOTO, 2001^a, p.16).

Importante ressaltar, a partir dessas reflexões, que

a pobreza não é apenas compreendida como resultado da **distribuição de renda**, -mas é referida à própria **produção** [...], atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados [...]. Processo esse que é radicalizado com o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto, é, às sobras de seu tempo e de sua renda (IAMAMOTO, 2001 a,p.16).

Logo, o trabalhador, no capitalismo, é um pobre em potencial porque sujeito a uma série de condicionantes para desenvolver seu trabalho. Depende de outro, de quem o demanda para o trabalho, de quem é possuidor dos meios de produção, ou, então, depende da filantropia e do voluntariado, ou seja, como lembrou Marx (1980), das esmolas de outras classes.

A questão social, como já expressamos, diz respeito ao “conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista. (...) Sua gênese está no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho”. Também já é fato conhecido que o surgimento da mesma tem a ver com a “emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, e exigindo-lhe o reconhecimento como classe pelo bloco de poder, e, em especial pelo Estado”. (IAMAMOTO, 2001 a, p. 17). Logo, para constituir-se em questão social, a relação “privada” entre capital/trabalho passa a domínio público a partir do elemento político das “lutas sociais”, confirmando assim que, além do elemento sócio econômico, o aspecto político se revela como um componente definidor da questão social.

1.2. A Questão social e o componente da denúncia: um tema que se politiza

A questão social ligada ao pauperismo, mas não de qualquer pauperismo, senão como uma pobreza situada na contradição Capital/Trabalho, é **um dos elementos** da questão social. Mas há outro elemento tão decisivo para a manifestação da questão social quanto a pobreza que é o do “embate político”. Este embate inscreve a situação que o pauperismo desencadeia no cenário político para exigir atendi-

mento dessa mesma questão.

Há quem questione, e nos inscrevemos entre eles, se de fato se tem uma **questão social hoje**, dada a fraca articulação política das forças sociais com poder de pressão, apesar de existirem problemas cujos impactos negativos sobre a humanidade serem evidentes. Buscamos auxílio na lúcida reflexão da professora Potyara Pereira, quando nos diz: “considero, sim que os problemas atuais - tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que no século XIX esteve na base da questão social – são produtos da mesma contradição que gerou essa questão, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente **politizados**” (2001, p.54, grifo nosso). Disso se conclui com a professora que “a **questão social** não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre as forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais - mas, de **embate político**, determinado por essas contradições” (2001, p. 54). É este o elemento que necessita de maior aprofundamento ou, no mínimo, ser mais exposto como um componente da questão social. Como é um elemento político, e a política em nosso meio goza de pouco prestígio, é um tema que precisa ser reconstruído em novas bases, bem como revitalizadas suas expressões.

A questão social envolve uma luta “**aberta**” e “**surda**” pela cidadania, lembra Yamamoto, considerando-a com “um processo denso de **conformismo e rebeldias**, forjado ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (2001a, p.17).

Neste contexto, ganha cada vez mais sentido o mundo da política como espaço da denúncia, assim como a tomada de consciência de uma dada realidade. Ganha atualidade o que um politólogo, do porte de Marco Aurélio Nogueira, propõe em seu “Em defesa da Política”, no qual ele a denomina como “a política dos cidadãos”(2001, p.58ss.), ou ainda quando afirma ser “necessário multiplicar os espaços societários politicamente qualificados,... repor um protagonismo político com vocação universalizadora e interessado na revitalização democrática”(1998, p.246), ou mais especificamente “a política precisa prevalecer sobre as tecnicidades institucionais...”(1998, p.238).

Um dos aspectos que se percebe como necessário problematizar melhor é a importância da política na explicitação da questão social.

Tratar as “gangrenas sociais”, causadas pelo pauperismo já era

intenção dos reformadores sociais do início do século XIX, conforme Castel (1998). E seja acrescentado, contanto que fora da política, quando a questão social ainda estava por ser “explicitada” porque não suficientemente denunciada a contradição que a gera, uma vez que na classe operária seu principal sujeito estava ainda em formação de “classe em si a classe para si”. Na lógica dos reformadores, “trata-se de amenizar a miséria, não de repensar, a partir dela, ‘as condições da existência de um poder’” CASTEL, 1998, p. 317). É bom que se registre, que não é estranho a este pensamento que sempre se quis – pois, afinal, os liberais acreditam no dever moral em relação à pobreza – , desde que não se transforme em direito, e hoje, não é diferente que se queira resolver a referida questão. Porém, pretende-se fazê-lo a partir de princípios mais **técnicos que políticos**, transformando-a numa questão de âmbito privado, retirando-a, portanto, do público. É a razão por estar sempre em alta o discurso e a exigência de que, cada vez mais se coloque o acento nas modernas técnicas de gestão social, bem como em saídas motivadas pelos valores humanos da filantropia, expressas no voluntariado e em diferentes formas de solidariedade.

Ao analisar a questão social hoje, no contexto brasileiro, é Yazbek que denuncia a despolitização que, ao lado da destituição do caráter público dos direitos dos pobres, desqualifica e sucateia os serviços públicos. E com muita pertinência nos aponta o retorno do discurso “humanitário da filantropia”. Na compreensão da autora, “estamos de volta ao renascimento dos ideais liberais” (2001, p. 36). E nesta lógica cabe a redução dos recursos para a área social, enquanto direitos, resultante dos sempre necessários ajustes estruturais, com programas sempre mais residuais, descontínuos e muito pobres para os sempre mais pobres.

“Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra” (NETTO, 2001, p. 43). Note-se que, aqui, Netto fala a partir do contexto da organização e expressão do “movimento operário”. Ainda segundo Netto: “Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação...” (2001, p.43). E conclui que seus protestos tomaram as mais diversas formas, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. E foi esta subversão à ordem burguesa que constituiu o pauperismo como questão social.

A questão social, portanto, por um lado, é a manifestação do

estado de pobreza que se forma no coração mesmo do capitalismo, aqui, especialmente, como “filha da industrialização”; por outro, é a manifestação de um ator político que se conscientiza, se organiza, e se torna o sujeito da denúncia a exigir um atendimento mais qualificado para as classes que representam o trabalho.

Com a questão social há uma inversão na responsabilidade, visto que, antes de sua expressão, no início do século XIX, o pobre era considerado como alguém que não deu certo no mercado; portanto, era um problema de responsabilidade do indivíduo que agora passa ser problema de responsabilidade social.

Uma contribuição a partir de Lamamotto

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos” (2001a, p 17).

Logo, é a questão social, a inscrição do pauperismo e suas resultantes na agenda política.

É no atual cenário de ambiente neoliberal, com a reestruturação produtiva que joga milhares de pobres para a margem do sistema produtivo, com as conseqüências já conhecidas para todo o tecido social, com a revalorização máxima do mercado e a subtração do Estado no atendimento social, que se afirma a tendência de que a pobreza passe novamente para o domínio privado, enquanto se estimula o atendimento pelas ONGs, pelo Terceiro Setor, pelo voluntariado, pela filantropia empresarial e outros. Novamente se está ante uma questão social que requer seja **re-inscrita** no cenário político, ou seja, é uma questão a ser politizada.

2 A QUESTÃO SOCIAL HOJE: SUAS MANIFESTAÇÕES

Situar a questão social em suas manifestações atuais faz parte da tarefa que pretende oferecer alguns elementos que possam iluminar aos que hoje se filiam, à proposta de seu enfrentamento. Importa afirmar ainda que no cotidiano, muitas vezes, ela se apresenta de forma travestida, quer como a carência de algo (ou a ausência de atendimentos por falta de pessoas que o façam), quer como falta de investimentos. Portanto, como exigência no trato da questão que se pretende revelar,

exige-se que explicitemos algumas de suas manifestações, a fim de que não nos distancieemos do essencial da questão social. Importa, pois, situá-la na contradição do desenvolvimento do próprio sistema capitalista, que deslocou as pessoas de seu antigo modo de sobreviver transformando-as em “mercadoria” (POLANYI, 1980), cujo preço, quanto à quantidade de trabalho, é definido pelo mercado, tornando-as um pobre em potencial. A questão social consiste, portanto, na manifestação desse trabalhador pauperizado que toma consciência do problema e o denuncia, exigindo atendimento.

Situá-la, hoje, é ainda detectar as contradições que se manifestam na reestruturação produtiva, desde o final do último século e início deste, afirmadas na versão da “mundialização financeira”, resultando sempre em mais acumulação de capital, com a participação de cada vez menos nações ou pessoas, privilegiando sempre quem está mais ao centro, onde, enfim, se determina o movimento do próprio capital.

É necessário que se registre que a questão social se manifesta com novas expressões em diferentes momentos históricos. Desdobrar estas manifestações constitui-se numa tarefa de certo fôlego. Muitas leituras levam mesmo a confundir novas manifestações com “novas questões sociais”, considerando-a como expressão de uma questão conjuntural, levando vários autores a falar em “nova questão social”. Para apontar um dos maiores expoentes, lembramos aqui Pierre Rosanvallon (1998), entre outros⁸.

Contrapondo-nos a isto, buscamos lembrar Netto, (2001, p.48), quando diz que

inexiste qualquer ‘nova questão social’. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações tradicionais da questão social, a emergência de novas expressões da .. ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é sua razão de ser.

É uma “questão que se reformula e se redefine”, diz Yazbek, mas “permanece **substantivamente a mesma** por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico-soci-

⁸ ROSAVALLON, Pierre. **A nova questão social. Repensando o Estado Providência.**

al por natureza excludente” (2001,p.33, grifo nosso). E já avançando para nos situar na questão social, hoje, afirma: é uma “questão que, numa contraditória conjuntura atual, com impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões”, dentre as quais se destacam

- 1.as transformações das relações de trabalho;
- 2.a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêm seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados (2001, p 33-34).

Sempre na tentativa de contribuir na compreensão da questão social hoje, além das manifestações mais gerais da totalidade do sistema que a gera, entendemos ser importante reservar um bom espaço para refletir sobre as particularidades histórico-culturais e nacionais, como nos lembra Netto, bem como sobre os elementos “geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas, que se cruzam e tensionam na efetividade social” (2001,p49). Tratar-se-ia aqui das manifestações da especificidade brasileira . Dado, porém, o limite de espaço que um texto como este apresenta, permanecemos numa reflexão mais geral, com a expectativa de num próximo momento avançar nesta reflexão, sempre na tentativa de construir mediações para o melhor enfrentamento da questão social hoje.

No atual modo de organizar a produção, em que o trabalho produz riqueza, contraditoriamente, faz com que o trabalhador seja um pobre em potencial, que por sua vez se reproduz mais rapidamente do que a necessidade que o sistema tem de seu trabalho. Logo, é a própria “modalidade imperante” que produz a pobreza, sendo este um dos elementos da questão social. Compreender a questão social hoje é observar as transformações nas próprias relações sociais do trabalho que se expressam na reestruturação produtiva.

2.1. Fragilidade do Trabalho: manifestação mais sensível

Qual será enfim a “sorte” do trabalho no real de uma sociedade em que “ o padrão mundial do futuro seguirá a fórmula de 20 por 80”,

⁹ Esta tentativa de mediações para a especificidade brasileira, ao menos parte dela e com evidentes e reconhecidos limites, abordamos em nossa tese de doutorado, inclusive avançando na análise disso no espaço do município que, com inscrição do princípio da descentralização, na Constituição de 88, entendemos veio alargar o espaço do poder local , acenando para o surgimento de novos sujeitos no enfrentamento da questão social hoje. (in SCHONS, 2002).

significando que “vinte por cento da população em condições de trabalhar no século 21 bastariam para manter o ritmo da economia mundial” (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p.12), ou ainda que “um quinto de todos os candidatos a emprego daria conta de produzir todas as mercadorias e prestar todos os serviços qualificados que a sociedade mundial poderá demandar. Assim, aqueles 20% participariam ativamente da vida, do lazer e do consumo, seja qual for o país”, acrescentam os autores. E a questão que vem logo a seguir: o que se fará com o resto? Os cerca de 80% das pessoas aptas a trabalhar que ficarão sem emprego?” A resposta, para dizer o mínimo, já estaria no livro **O fim do Trabalho**,^{*} no qual fica claro que “os 80% de baixo terão enormes problemas” (MARTIN E SCHUMANN, 1999, p.12).

Uma farta ilustração estatística, diga-se a partir dos países centrais, fazem nossos autores concluir que “as explicações dos economistas políticos para tamanho declínio culminam sempre em uma palavra: **globalização**. Alta tecnologia nas telecomunicações, preços baixos no transporte e comércio livre sem limites convertem o mundo inteiro num único mercado, insiste a tese mais difundida” (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p.13). Há ainda o reconhecimento de que “nosso planeta encontra-se sob pressão de duas forças colossais, justapostas: a globalização e a desintegração (1999, p. 46). Ou então, “chegamos à encruzilhada de dimensões globais, que se caracteriza, para a maioria da humanidade, por um cotidiano de não ascensão de bem-estar, mas de decadência, destruição ecológica e degeneração cultural” (1999, p.47). Também a afirmação de que a “globalização converte-se em cilada da democracia” está se comprovando, uma vez que a flutuação do capital faz com que se injetem, da noite para o dia, bilhões nos fundos sem a participação dos governos, muito menos dos parlamentos dos países envolvidos. É o imperativo da economia transnacional que torna toda a política impotente e os Estados democráticos perdem sua legitimação. É a ditadura do “**mercado financeiro internacional**”, quando as “**praças financeiras**” vêm substituir os Estados (1999, p.68-69). Outro aspecto que expõe a democracia refere-se à “corrida mundial por máxima eficiência e mínimos salários, abrindo as portas do poder à irracionalidade”. Reconhece-se, com os autores: que “não são os realmente miseráveis que se rebelam. Uma política tremendamente explosiva provém do medo do rebaixamento social, que agora se manifesta.

* Do autor americano Jeremy Rifkin.

Não é a pobreza que ameaça a democracia, mas sim o pavor dela” (1999,p.21).

A crise da década de 70 e 80 rompe com o compromisso do Welfare State que por um período garantiu certa “paz entre as classes” a partir de políticas compensatórias e segundo a tese dos neoliberais, a supervalorização do trabalho.

Para fazer frente a isso “o capitalismo articula e põe em cena uma dupla solução: **o neoliberalismo e a reestruturação produtiva**”. A crise recoloca a questão dos direitos sociais, que têm como consequência a transformação das relações de trabalho, causando perdas nos padrões da proteção social e maior vulnerabilidade em geral para os setores da sociedade. E o “Estado, que sempre foi um instrumento de construção das condições de desenvolvimento máximo da classe capitalista é, agora, apontado como responsável de todas as crises”. Se entende para o momento que “é preciso, pois, **restaurar o mercado como fonte última e única** de qualquer sociabilidade possível” (DIAS in Braga, 1997, p 289-290, grifo nosso).

Para a problemática do período, ligada à fragilização do trabalho, “o desemprego é apenas a manifestação mais visível de transformação profunda da conjuntura do emprego”, nos alerta Castel. Mas o autor segue mais enfático: “a **precarização** do trabalho constitui-se em outra característica, menos espetacular, porém ainda **mais importante**, sem dúvida. O trabalho por tempo indeterminado está em vias de perder sua hegemonia” (1998,p. 514, grifo nosso). O emprego estável, já dizia Singer, “só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência, e de suas responsabilidades”(1996,p.9). Diria que este mesmo núcleo só estará “estável” enquanto se lhe qualificam os substitutos, normalmente com salários mais baixos, e, ainda, ao redor desse “núcleo de estáveis”, “gravitam temporários” que dificilmente se organizam em sindicatos, além de existir pouca ou muito frágil solidariedade entre ambos.

É novamente Castel que afirma que é a “própria estrutura da relação salarial que está ameaçada de ser novamente questionada”, enquanto aponta para uma pesquisa, que prevê, “para os anos futuros, uma proporção de 25% de trabalhadores permanentes, qualificados e protegidos; 25% de trabalhadores ‘periféricos’, subcontratados, subqualificados, mal-pagos, e mal-protegidos; 50% de desempregados ou de trabalhadores marginais entregues aos empregos ocasionais e

aos pequenos trabalhos” (1998, p. 516-517) ¹⁰. Aqui podemos acrescentar, isto também se encontra na realidade brasileira.

A **flexibilização** no processo da produção passa a ser a ordem cotidiana no mundo do trabalho, que “implica numa acentuada e generalizada potencialização da capacidade produtiva da força de trabalho” (IANNI, 1999, p.19) , que Castel chama de “flexibilidade interna” quando se trata de treinar o pessoal para a polivalência para que possa enfrentar a exigência de novas situações. No caso da flexibilização interna, a “empresa se responsabiliza pela adaptação do pessoal às mudanças tecnológicas (1998, p.517ss). Com a eliminação óbvia daqueles que não alcançam a excelência exigida, esta funciona como uma seleção permanente; resultando que se “invalidam ‘trabalhadores que estão envelhecendo” e os jovens sendo “condenados a vagar de estágio em estágio ou de um pequeno serviço a outro”, o que normalmente desemboca na ilusão de “que os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade” . Quer se acreditar que a “elevação de nível de formação continua sendo um objetivo social”. Contudo, este “imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave: a possível **não-empregabilidade** dos qualificados”, nos alerta Castel (1998, 521).

Por “flexibilidade externa” entende-se o que ficou sob a genérica expressão de “terceirização” na produção. As empresas têm que ser competitivas. Tudo isto é feito à custa de grande precariedade das condições de trabalho e de muitos riscos de desemprego.

Acompanhando estas reflexões chega-se a verificar que “o problema atual não é apenas o da constituição de uma ‘periferia precária, senão e também o da **desestabilização dos estáveis**” , como afirma Castel (1998, p. 526), ou seja, quem está empregado hoje, pode não estar amanhã e isto numa dimensão globalizada.

A **precarização do trabalho** - por se tratar de uma questão intrínseca ao sistema, comandado por novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno-, é a **mesma** questão social suscitada pelo pauperismo da primeira metade do século XIX, que hoje tem nesta **precarização** apenas novas manifestações.

Com o desemprego resultante da reestruturação do trabalho, a

¹⁰ André, Gorz, cita um estudo de um instituto de pesquisa alemão em **Les métamorphoses du travail**, Paris, Galilée, p.90, conforme Castel (1998, p. 516).

fragilização dos estáveis como uma manifestação da questão social tornou-se especialmente aguda, assim como a fragilização dos trabalhadores em sindicatos, uma das organizações mais expressivas desde a expressão da questão social do século XIX, quando a classe operária, organizada em sindicatos e partidos políticos, exerceu o protagonismo.

Foi no período da Sra. Thatcher, quando o sindicato dos carvoeiros, - o mais famoso da Inglaterra -, entre 1984-1985, entrou numa greve de 50 semanas e deu a Thatcher o que ela precisava. E ela simplesmente o aniquilou, uma vez que o fato resultou na demissão de 20 000 pessoas. E o número de sindicalizados, de 13 milhões caiu para 8 milhões, conforme Paiva e Fernandes (1996, p. 57), o que permitiu ao governo Thatcher iniciar o programa de privatizações das empresas estatais e a reforma geral da economia inglesa¹¹ Inúmeras são as denominações sindicais, hoje, caracterizadas de forma “acentuadamente defensiva”, de uma “política sindical de pacto social”, de “parceria com o capital” ou outras denominações, conforme Alves (1998, p. 159 ss), o que os leva a ter muita dificuldade para contribuir para a constituição de projeto hegemônico do trabalho. Desse modo ainda, segundo Alves, o sindicalismo perde ou enfraquece a importante função histórica de ser, juntamente com os partidos socialistas e os novos movimentos sociais, “um agente social no processo da constituição de uma **nova sociabilidade**, capaz de ir além da lógica mercantil, capaz de criar obstáculos efetivos à barbárie societária posta pelo capital” (1998, p 161).

Nestas leituras há que considerar sempre o conjunto da sociedade, uma interdependência entre os empregados de hoje e os que podem, amanhã, estar desempregados. Há que se lembrar que os “excluídos”¹² são, na maioria das vezes, vulneráveis, estavam ‘por um fio’ e caíram”. É na “desestabilização dos estáveis” que se encontram “os desfiliaados” (CASTEL, 1998, p.609) e na precarização do trabalho o “desmoronamento da sociedade salarial”, o desmonte do trabalho protegido. Estaria aí o “cerne da questão social hoje”.

¹¹ No Brasil, a queda de braço com os sindicatos se deu em 1995 e 1996, com a greve dos petroleiros.

¹² Em relação à exclusão, Castel nos faz uma observação muito cuidadosa, quando diz que “é preciso manejar o termo com infinitas precauções”. E insiste: “a exclusão não é ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade” que é preciso ser tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, ou seja, mesmo os considerados “de fora” influenciam os “de dentro” e vice-versa, ou seja, é o efeito “bumerangue”, como já lembrado (1998, p. 567-569).

3. NECESSIDADE DE UM NOVO PROJETO: É PRECISO TECER ALGO MAIS FAVORÁVEL

De tudo o que dissemos até aqui evidencia-se claramente que a questão social, neste início de século, é uma questão urgente a ser definida, compreendida e encaminhada. Constatamos ainda que uma das implicações presentes na questão social refere-se à proteção social, questão que parecia resolvida há décadas. No entanto, ela reaparece e requer respostas urgentes. Segundo alguns autores, a questão social, hoje, também se coloca a partir da fragilização da proteção social e no questionamento à intervenção do Estado. É preciso que se registre que ela, sem dúvida, contribuiu para a questão social hoje posta, mas é preciso não perder de vista que algo mais amplo está em jogo: uma nova fase do capital que se rearticula, se recicla, para usar um termo atual. Porém, é a partir da mesma lógica e é lá que está inscrita a sua contradição e que agora volta a estar novamente bem exposta. É a ruptura de um consenso, que por um período acomodou a contradição da “igualdade burguesa”, proclamando a Assistência e alguns serviços essenciais como direitos. Bobbio aponta para uma “secular oposição existente entre o fundamento absoluto da propriedade privada e a introdução dos direitos sociais” (1992, p.22), que continua hoje exigindo uma permanente negociação.

Está em jogo novamente o confronto que se estabeleceu entre **igualdade e diferença**, discutido por Lamoureaux, quando nos assegura que é o retorno em que o sistema se ocupará, e tão somente das desigualdades gritantes, pois os liberais, como já foi lembrado, continuam acreditando, apesar de tudo, no dever moral da assistência. O limite: que não se transforme em direito para as minorias, para os marginalizados, para os excluídos do sistema (1986, p 57). Portanto, sob a crise do Welfare State se radica, entre outras, a “crise do pensamento igualitário e democrático”. Segundo Rosanvallon (1984), é o rompimento do contrato de um “compromisso entre Capital e Trabalho” e seu desdobramento no Welfare State que livrou o capital da crise de superprodução, assim como aos trabalhadores assegurou um mínimo de atendimento social. Por isso ele defende que se estaria diante da necessidade de um novo contrato. Outro analista da crise do Welfare State, (Ernest Mandel) para o qual estar-se-ia diante de “uma profunda crise estrutural da sociedade burguesa”, crise que põe em relevo “todas as relações sociais burguesas e, mais particularmente, a crise das relações de

produção capitalista”. Isto porque a “credibilidade do sistema capitalista - no sentido de poder garantir a melhoria permanente do nível de vida, o pleno emprego e a consolidação das liberdades democráticas- está fortemente minada em função das reincidências da recessão” (MANDEL, 1990, p.222). Aqui é importante lembrar que certamente já não se trata de uma crise que necessita “queimar excedentes” para driblar a crise de baixa tendencial de lucros, uma vez que hoje parece claro, a economia “planificada” veio pra ficar. Já não se produz o que não tem colocação certa no mercado e mesmo porque a produção industrial perdeu muito de sua importância para a acumulação de capital diante da predominância financeira do capital.

Logo, aos neoliberais não interessa, como já se viu, que todas “as arenas do Estado” deixem de existir. Há, no entanto, um “azedume antiestatal” na expressão de Lamoureaux, quando se trata “do domínio da seguridade social e dos programas sociais” (1986, p. 58).

Tudo isso se confirma em Przeworski e Wallerstein, que nos recordam:

O momento atual, é o primeiro desde os anos 20 {do século passado} em os proprietários do capital rejeitam abertamente um compromisso que envolva a influência pública sobre o investimento e a distribuição de renda. Pela primeira vez em muitas décadas, a direita tem um projeto histórico próprio: libertar a acumulação de todas as cadeias impostas a ela pela democracia (1988, p. 43).

É que até aqui a burguesia sempre se vira obrigada a conviver com um incômodo paradoxo: ainda nem bem se libertara das amarras feudais e já se via às voltas com o controle popular. Enfim, o que efetivamente está em jogo na atual

ofensiva da direita não é simplesmente uma questão de impostos, gastos de governo, ou mesmo redistribuição de renda. Os planos para abrandar a tributação de lucros, abolir controles ambientais, eliminar os programas previdenciários, acabar com o controle do governo sobre a segurança dos produtos e as condições de trabalho, para enfraquecer os sindicatos são muito mais que uma reorientação da política econômica. Constituem sim, **um projeto para uma nova sociedade, uma nova revolução burguesa** (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, 1988, p. 43, grifo nosso).

Ainda, para compreender algo mais do “novo Projeto”, é preciso considerar que “as relações sociais passariam a ter a mesma duração das relações de mercado”, bem como as relações “sociais e políticas

seriam despolitizadas” (1988, p. 43). Nessa perspectiva, a “tensão entre acumulação e legitimação seria superada”: com o campo social e político despolitizado, a “democracia representativa será substituída por uma democracia de interesses”; a “profusão de lobbies” será uma expressão da negociação dos valores ou interesses, ou, será ainda “cada grupo social dialogando soberanamente” (OLIVEIRA, 1988, p.28). Em outras palavras: “o planejamento econômico do governo seria abandonado. A legitimação seria deixada a cargo do mercado” (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, 1988, p. 43-44). E, como consequência, o governo passaria a não dever mais nada a ninguém. Para a seguridade social, o resultado seria fatal, uma vez que “a renda familiar dependeria tão somente do valor de mercado do trabalho realizado” e nada mais. E, uma vez demarcados todos os lugares e formas de utilização do fundo público, e “submetidos aos controles institucionais”, realmente, então o Estado se transformaria em Estado mínimo.

A necessidade de um novo modelo também é afirmação em obra bem recente de Wallerstein (2007), o qual prevê “50 anos de convulsões sociais (inclusive nos países centrais) até culminar na agonia do sistema capitalista”, desembocando num modelo de sociedade pós-americano. O mesmo autor lança críticas ao modelo do “Universalismo Europeu, ocidental”, pleiteando um “verdadeiro universalismo ‘universal’” (cf. PERICÁS, 2007, p. 55) que seria construído, entre outras formas, a partir de estruturas em rede, como por exemplo, redes do trabalhador rural, da mulher, do indígena e outros.¹³

Não se desconhece, portanto, que o atual modo de desenvolvimento não é o desejado, nem o único possível, principalmente se observada a distribuição dos atuais níveis de consumo energético, das emissões tóxicas na atmosfera, da poluição das águas, dos ritmos de exploração de muitos recursos naturais não renováveis¹⁴. “O modo de desenvolvimento sobre o qual os países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) constituíram seu alto nível de vida não pode ser generalizado à escala planetária”. Ainda conforme Chesnais, o atual sistema apresenta “uma divisão definitiva do mundo entre os que poderão continuar utilizando os recursos como sempre fizeram, e aqueles aos quais o ‘modo de desenvolvimento’ não reservaria mais do que o

¹³ Conforme entrevista do próprio Wallerstein, para o canal televisivo da Globo News, reproduzido em vários horários no mês de setembro 2007.

¹⁴ Os “20% mais ricos da elite econômica tomam para si 85% do aproveitamento das madeiras do mundo, 75% do processamento de metais e 70% de energia” (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p.48).

direito de assistir, graças às imagens projetadas pela mídia mundializada, como estariam passando os bem-de-vida” (1996, p.314- 315).

Ou seja, este modelo **invariavelmente estabelece os seus limites**, sejam eles sociais, políticos ou geográficos. Conclui-se que de fato “chegamos a uma encruzilhada de dimensões globais”.

Ainda, para demonstrar que o sistema está visivelmente em crise, e que este projeto não serve à maioria, Braga registra o seguinte:

A financeirização como padrão de riqueza estabelece contornos paradoxais e perversos à dinâmica sistêmica. De uma perspectiva, os capitais que a determinam – considerando inclusive o perfil das corporações – ao possuírem potência financeira, continuada inovação tecnológica e liquidez estratégica, [se por um lado] têm viabilizado um dinamismo mínimo à renda nacional e à acumulação de capital produtivo, contornando as ameaças de uma grande depressão; [...] de outra perspectiva, promovem a folia financeira – a capitalização fictícia – que redundando em crises monetário-financeiras e cambiais,[...]–ainda que não de ‘crachs’ generalizados -, e impõem aos bancos centrais perdas importantes de reservas internacionais (1998, p. 238).

Aqui é oportuno uma observação feita por Hirst e Thompson: “Os mercados globais de modo algum estão fora de regulação e do controle, ainda que o alcance atual e os objetivos da governabilidade econômica sejam limitados pelos interesses divergentes das grandes potências e pelas doutrinas econômicas que prevalecem entre suas elites”. Importa dizer que na “economia internacional contemporânea as relações importantes continuam a ser aquelas entre as economias mais desenvolvidas, particularmente, os membros da OCDE” (1998, p. 15 e 304.) Isto faz com que se continue reafirmando que o que efetivamente importa é onde circula o capital, porque já se sabe que onde está o capital está também o poder!

É um sistema que se alimenta de crises, pouco se importando que alguns dos perdedores sejam nações, ou mesmo que multidões de pessoas morram. É o mais forte – e é isto que importa - quem determina, na verdade, quem irá sobreviver.

A fim de construir algo mais favorável ao setor trabalho e à vida em geral é preciso questionar “as certezas” e admitir que este é um processo que **não é irreversível**. É preciso não permitir que o “mito” da globalização paralise nossas ações. Se afirma cada vez mais a necessidade de um novo contrato social para dar à humanidade razões con-

cretas de esperança. Pode-se dizer que o sistema de acumulação de capital cria contraditoriamente, condições que forcem certa reforma social. Porém, o mesmo sistema sabe muito bem quando reprimir “descontentamentos pela força e quando alimentá-los com esmolas”, já dizia Marx (1981, p. 71). Portanto, a “voracidade não pode ser entregue a si mesma, sem controles públicos, sob pena de transformar-se numa tormenta selvagem na qual sucumbiriam juntos a democracia e o sentido de igualdade nela inscrito desde os tempos modernos” (OLIVEIRA, 1988, p.27). Por isso se aponta para a necessidade de um projeto futuro que considere a sociedade como um conjunto, referir-se especialmente ao elemento político, como um dos elementos centrais da questão social. Isto exige uma disposição totalmente nova da sociedade, porque qualitativamente outra a concepção de proteção social para todos, **independente de sua filiação ao trabalho**. Só assim se poderia falar em proteção social que se universaliza. Considerando que é o elemento político, a organização em torno de um projeto, que é capaz de **reinscrever** o “supranumerário” no lugar onde efetivamente conta.

Vive-se hoje uma realidade de “descrédito na política e nos políticos e conseqüentemente um descrédito nas instituições”. Por isso compartilha-se com os que afirmam a necessidade de reformas políticas de forma que se alcance “universalização e democratização da vida partidária”, afirma Nogueira (1998, p. 238). Isto “depende de **projetos** e perspectivas que sinalizem o futuro, agreguem interesses e utopias”, enfim que “referenciem cidadania”(1998, p. 238). Seguindo nessa linha de pensamento, poder-se-ia afirmar: “depende de **atores** que se capacitem para dar materialidade a projetos, articular os fragmentos da sociedade civil e tornar inteligível o processo político” (NOGUEIRA, 1998, p 238). Entendemos que não é suficiente chegar ao poder, ou perto dele, é “preciso ganhar a sociedade, construir hegemonia”, numa clara alusão ao pensamento gramsciano, aqui expresso por Nogueira, pois só assim se pode fazer a transformação política e social que a realidade atual exige. É preciso “repor o protagonismo político com vocação universalizadora e interessado na revitalização democrática”, ou seja, uma “síntese de democracia direta e democracia representativa”, que se fundamenta na “democracia de massas alimentadas por uma **nova idéia de política**, na qual política não se reduza a Estado, a força ou a questão institucional mas se identifique com valores, hegemonia, sociedade civil e cidadania...”(NOGUEIRA, 1998, p 246).

É ainda o aspecto político que permite compreender que mes-

mo o excluído do trabalho faz parte do conjunto da sociedade e como tal deve ser protegido. É evidente que isto requer uma mudança de concepção política e, diria, também cultural, num sistema onde só conta quem participa da cadeia de produção (produção, circulação, consumo), numa sociedade que, por gerações, vem sendo influenciada com a máxima: "quem não trabalha que não coma". Como consequência, quando muito, permite ao "desfilhado" do trabalho que se inscreva na fila da esmola. Na medida que se ingressa num ciclo reformador como o referido, não é somente a política e o Estado que adquirirão outra dinâmica, mas "o grande beneficiário estará mais além, no cerne mesmo da sociedade civil, que ficará então em condições reais de atuar como protagonista ativo de movimentos mais amplos e profundos de transformação" (NOGUEIRA, 1998, p.247). É a necessidade de politizar os espaços alternativos das novas institucionalidades que se formam, quer no aspecto global quer no espaço local.

A questão social é basicamente composta pelos elementos econômico e político que se manifestam no pauperismo e naqueles que o percebem e denunciam, exigindo outro atendimento. Portanto, é a partir das "necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, e com poder de pressão" que foi possível fazer a "passagem do problema da pobreza, antes considerado natural, em explosiva **questão social**", afirma Pereira (2001, p. 59), visto que, no sistema atual, o próprio trabalhador é um pobre potencial, ou seja, sua capacidade de trabalho é mera potência, uma vez que para desenvolvê-la fica na dependência de que algum proprietário de capital venha demandá-la. Portanto, é o próprio capital que cria e recria as desigualdades sociais. Encontra-se aí a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista.

A questão social se apresenta, portanto, principalmente na manifestação do trabalhador pauperizado que toma consciência do problema e o denuncia, exigindo atendimento. O elemento político está na tomada de consciência da situação de pauperismo, que procura denunciar, e de forma organizada, coletiva, cria resistência, formula projetos que lhe sejam favoráveis. Já se afirmou que, enquanto o pobre permanece quieto em seu lugar, não há questão social. Ou seja, questão social é o **embate político que o pauperismo desencadeia**.

A "desfiliação", a exclusão, a pauperização é um processo que está no coração da sociedade capitalista, é parte de seu modo de organização. Por isso pode-se afirmar que a exclusão interroga o conjunto

da sociedade. O desemprego não é acidente de alguns, mas é condição forçada de uma expressiva parcela da sociedade que no atual contexto do modo de produção se aprofundou. É por esse motivo que se entende que neste final e início de século não se está diante de uma “nova” questão social, mas apenas ante novas manifestações da mesma questão social resultante da contradição das relações de capital e trabalho, inscrita no sistema que se afirmou com a revolução industrial. Com efeito, esta tem hoje novas manifestações na reestruturação produtiva que, muito mais, são manifestações do conjunto do sistema que está numa nova fase de reestruturação. Quanto ao elemento político na fase da afirmação capitalista da revolução industrial, o ator se manifestou basicamente na organização da classe operária, enquanto que, na fase atual, este é um elemento ainda em construção, manifestando-se já numa capilaridade de organizações que ainda precisam ser politizadas.

Entretanto, descendo um pouco mais para o concreto, visando especialmente os que no cotidiano da profissão operam com intervenções junto à população empobrecida, importa lembrar que agir sobre as manifestações da pobreza, como um dos problemas sociais, é uma forma reduzida de compreender a questão social, o que só contribui para “torná-la discreta” como já dizia Castel (1998). Políticas de integração, atendimentos imediatos necessariamente deveriam impelir-nos a fazer a travessia para a tomada de consciência, passando esta também pela construção de mediações que deveriam levar os “condenados à pobreza” do atual sistema a constituírem-se em sujeitos de um novo projeto.

Isto seria tanto mais urgente para a questão social, enquanto nesta fase de aprofundamento da globalização o capital financeiro em seus desdobramentos privilegia apenas determinados nichos de capital, tendo como consequência uma cada vez maior concentração de renda. Isto sem nos esquecermos da reestruturação produtiva, do avanço tecnológico, da maleabilidade quase total do capital industrial, e a exigência da flexibilidade da CLT.¹⁵ Tudo isto, entre tantos outros fatores, exclui cada vez mais trabalhadores, desestabilizando até mesmo “os estáveis”, levando a sociedade a se interrogar sobre onde estaria o ponto de suportabilidade para que o sistema não se desintegre como um todo. Preocupação esta que parece embaçar a justificativa de muitos programas de combate à pobreza, nos quais mais uma vez aparece que a preocupação não é necessariamente com a “sorte” do pobre, mas

¹⁵ CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

com a manutenção do sistema atual.

O engajamento em ações cotidianas e imediatas não deve perder do horizonte a necessidade de politizar essas ações, referindo-as ao contexto da produção do capital para que se possa oferecer condições de fortalecimento aos elementos da resistência. Isto até porque no atual contexto há sinais evidentes de que a pobreza migrou para o lugar da “não política”, onde figura como um dado a ser “administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia”, como já afirmava Yazbek (1998, p.36) , o que faz com que os gestores das políticas sociais públicas se transformem em meros administradores de programas sociais, quando não em administradores da penúria.

Disso decorre a necessidade de projetos que sinalizem para um futuro que referencie cidadania e direitos. A atenção para o novo sujeito capaz de inscrever na agenda política a atual degradação social é um ponto sensível. Detectar sinais e tentar ouvir de onde vêm as vozes deste sujeito, seja do espaço local ou mundial, são sinais para nós de que esse sujeito da resistência já está em construção.

Entende-se, outrossim, - uma vez que o próprio capital que se mundializou, e expõe hoje um quadro insuportável de pobreza -, requer-se que a constituição dos sujeitos também se dê nos espaços mundializados. Sinalizações neste sentido já podem ser vistos nos diversos Fóruns Mundiais alternativos, onde se congregam vozes de diferentes espaços que formarão o coro dos sujeitos que denunciarão as exclusões do atual sistema e se constituirão em blocos de resistência necessária para construir uma sociedade nova onde o meio ambiente e a vida, inclusive a humana, estejam protegidos.

Referências

ALVES, Giovani. Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - Brasil nos anos 90. In: TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.^a de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. As novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAGA, José Carlos de S. Financeirização global- o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In:TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). **Poder e Dinheiro**. Uma economia política da globalização. 5. ed .Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

- BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**. Um estudo sobre a crise contemporânea. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1997.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã 1996.
- _____. (Org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Posfácio. In: BRAGA, Rui. **A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.
- EWALD, François. **L'Etat Providence**. Paris: E'ditions Bernad Grasset, 1987.
- HIRST, Paul ; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS; Grafile, n. 3, p.9-32, jan./jun. 2001a.
- _____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canvieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001b.
- IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. O mundo do Trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **A reinvenção do Futuro: trabalho, educação, política na globalização**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 1999.
- LAMOUREUX, Jocelyne. L'égalité en Crise, **Revue Internationale d'action**. Quebec-Canadá: Université de Montreal. 16/56 p.55-65, out.1986.
- MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas SP: UNICAMP, 1990.
- MARTIN, Hans-Peter; SHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. O assalto à democracia e ao bem-estar social. 5. ed. São Paulo: Globo, 1999.
- MARX, Karl. **El Capital**. Crítica de la Economía Política. 9.ed.México DF.Siglo Veintiuno, Tomo I v. 2, Libro primero, 1981.
- _____. **El Capital Crítica de la Economía Política**. 12. ed. México D.F.:Tomo I v. 3, libro primero. 1986.
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da "questão social". **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS; Grafile, n. 3, p. 41-49, jan/jul, 2001.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. **Em defesa da política**. São Paulo: Ed. SENAC. 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivitor. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, n.22 p.8-28, out. 1988
- PEREIRA, Potyara. Questão social, serviço social e direitos da cidadania. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Grafile, n. 3, p. 51-61, jan./jul.2001.

- PERICÁS, Luiz Bernardo. O sistema – Mundo. **Revista Carta Capital**. Ano XIII, p. 55, 29 de ago. 2007.
- POLANYI, Karl. **A grande Transformação**. As origens de nossa época. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. O Capitalismo democrático na encruzilha-da. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, n. 22, p. 29-44, out. 1988.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social. Repensando o Estado Providência**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a Ordem e a Des-Ordem: Mistificação dos direitos sociais e da cidadania**. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **A questão social hoje no município: a resistência um elemento em construção**. Tese de doutorado defendida na PUC/SP. 2002.
- SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. Desemprego e exclusão. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v.10. n.1, p. 03-12, 1996.
- Temporalis**. Brasília: ABEPSS; Grafine, n.3, jan./jun. 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O Universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS; Grafine, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001.